

‘O Brasil não é mais um país que pede favores’, diz ministro

Para Palocci, defesa da abertura de mercados pelo FMI e pelo Bird é um saldo da viagem

NÓVA YORK – O ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, encerrou ontem a visita de cinco dias aos Estados Unidos com dois resultados: qualificou-se como um intransigente defensor de maior abertura comercial para os produtos brasileiros e apresentou ao mundo as linhas básicas da “ortodoxia do bem”, ou seja, uma fórmula que concilia políticas sociais e responsabilidade macroeconômica.

“O Brasil não é mais um país que pede favores, mas que apresenta teses em fóruns internacionais”, comentou o ministro. Ele considera um importante saldo da viagem o fato de organismos como o

Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) defendarem maior acesso dos países em desenvolvimento ao mercado internacional. Palocci também sublinhou o fato de o grupo dos sete países mais ricos do mundo, o G-7, haver reconhecido a recuperação experimentada pela economia brasileira nesses 100 primeiros dias do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Palocci colheu elogios por onde passou. Mas disse que não os toma como algo pessoal, mas como

um reconhecimento ao Brasil. Sempre que teve oportunidade, o ministro defendeu a transformação desse reconhecimento em medidas concretas, como mais investimentos no País e mais comércio. “Pedimos portas abertas porque somos competitivos, não estamos pedindo nenhum favor”, afirmou. Para ele, os produtos agropecuários brasileiros são os mais competitivos do mundo.

O ministro também trouxe uma novidade em termos de discurso de autoridades econômicas brasileiras, que é a idéia da necessidade de reduzir a desigualdade de renda no País. Mais do que uma con-

seqüência natural do crescimento econômico, essa é uma precondição à expansão sustentada da economia brasileira, acredita Palocci.

A equipe econômica brasileira

também

Pedimos portas abertas porque somos competitivos

**Antônio Palocci,
ministro da Fazenda**

anunciou que pretende adotar, no futuro, uma nova fórmula para fixação de metas para as contas públicas. Ela permitiria ao governo gastar mais nos momentos de crise, porque nos momentos favoráveis o setor público fará mais economia. Esse mecanismo anticíclico para a economia, porém, só deverá ser adotado em 2005, depois que as reformas estiverem aprovadas e a dívida pública tiver se reduzido como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). (L.A.O.)